



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

TERMO DE REFERÊNCIA – **RETIFICADO**

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Base legal: Lei federal nº 14.133/2021

1. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos (Classe II) já compactados, até o local de destinação ambientalmente licenciado e indicado pelo Município de Lagoa Formosa/MG.

2. DAS ESPECIFICAÇÃO, VALOR E VIGÊNCIA:

2.1. Os serviços têm suas especificações, unidades e valores unitários máximos no escopo da tabela abaixo, conforme pesquisa de mercado.

2.2. Declara-se que os serviços possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

2.3. A duração da vigência será: 12 (doze) meses da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a lei 14.133/21.

Item	Descrição	Und.	Qtd. anual	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos urbanos já compactados, em veículo do tipo Cavalo Mecânico Bi-Caçamba e/ou Rodo Caçamba, com caçamba acoplada de no mínimo 45m³.	Km	55.000	R\$ 9,85	R\$ 541.750,00

3. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

O Município de Lagoa Formosa, diante da interdição do Aterro Municipal por ausência de licenciamento ambiental, realizou contratação direta com o Consórcio Interfederativo de Minas Gerais – CIMINAS, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, para utilização de aterro devidamente licenciado. O ajuste contemplou também a possibilidade de transporte dos resíduos por veículo credenciado pelo consórcio, quando não fosse possível o uso do veículo próprio do Município.

No entanto, verificou-se na prática que a solução não atende de forma adequada à demanda, considerando que a produção diária de resíduos sólidos urbanos é de aproximadamente 15 toneladas, enquanto tanto o veículo municipal quanto o do consórcio transportaram apenas cerca de 8 toneladas por viagem. Essa limitação operacional torna inviável a continuidade do transporte apenas com os meios disponíveis, evidenciando a necessidade de adoção de solução mais eficiente.

Diante desse cenário, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos já compactados, utilizando veículos com capacidade mínima de 45m³ por caçamba, de modo a garantir a plena remoção da quantidade gerada diariamente e o atendimento às normas ambientais e sanitárias vigentes. A contratação ora proposta encontra respaldo:

- Na Lei nº 14.133/2021, que disciplina as contratações públicas;
- Na Lei nº 13.703/2018 e nas resoluções da ANTT, que estabelecem o piso mínimo de frete rodoviário, assegurando a legalidade e economicidade da contratação;
- Na necessidade de assegurar a continuidade do serviço público essencial de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos, evitando riscos ambientais e sanitários decorrentes da acumulação de lixo.



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

Assim, a contratação se justifica pela ineficiência dos meios atualmente disponíveis, pela obrigação legal de destinação adequada dos resíduos e pela necessidade de garantir economicidade e segurança jurídica, adotando valor de referência compatível com o mercado regional e piso ANTT.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente ou setor responsável.

4.2. A coleta dos resíduos sólidos urbanos continuará sendo realizada pelo Município de Lagoa Formosa/MG, por meio da empresa já contratada via processo licitatório, com média diária de aproximadamente 17 toneladas.

4.3. Após a coleta, os resíduos passarão por triagem e compostagem na Usina Municipal, sendo que aqueles não reaproveitáveis deverão ser destinados às caçambas disponibilizadas pelo prestador de serviços.

4.4. O prestador deverá disponibilizar caçambas com capacidade mínima de 45 m³ no aterro licenciado, de forma contínua, garantindo que não haja interrupção da operação municipal.

4.5. O transporte deverá ocorrer, conforme cronograma pré-estabelecido pelo Setor Demandante, em média a cada dois dias e meio a quatro dias, podendo variar conforme a sazonalidade da produção de resíduos, até o aterro sanitário licenciado localizado no Município de Bambuí/MG, mediante emissão de guia de autorização de transporte pelo Setor Demandante.

4.6. Os resíduos transportados serão pensados antes da saída e ao chegar ao aterro, antes da disposição final, conforme exigências ambientais e operacionais. O procedimento deverá seguir as seguintes condições:

4.6.1 Horário de descarga: das 7h00 às 16h30;

4.6.2 Uso obrigatório de calça e botina pelo motorista;

4.6.3 Proibida a descida com ajudante e o registro de imagens;

4.6.4 O caminhão deverá ser pesado cheio, descarregado e pesado novamente;

4.6.5 O motorista deverá retirar o ticket contendo o peso líquido do lixo destinado, devendo imediatamente enviar foto do mesmo ao número disponibilizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e, assim que estiver de volta ao Município, entregar a via física para o Fiscal indicado em contrato.

4.7. Após a descarga, o prestador poderá realizar logística reversa, devendo assegurar que sempre haja caçamba disponível no aterro para evitar atrasos nos fretes.

4.8. A contratada deverá manter registros de cada viagem, contendo data, horário, identificação do motorista, quilometragem percorrida, autorização de transporte emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente no momento da carga, e comprovante de entrega no destino licenciado, encaminhando relatórios periódicos ao Município.

4.9 Os veículos utilizados no transporte deverão estar devidamente enlonados, de forma a garantir o fechamento completo da carga e evitar o derramamento de resíduos sólidos urbanos compactados durante o trajeto em rodovias e vias públicas. O não cumprimento desta exigência será considerado falha grave na execução dos serviços, sujeitando a contratada às penalidades previstas em contrato e legislação aplicável.

4.10 Em caso de acidente ou derramamento de carga durante o transporte, a contratada será integralmente responsável pela imediata coleta, recolhimento e reacomodação dos resíduos sólidos urbanos compactados, bem como pela substituição da carga e continuidade do transporte até o destino final licenciado. Todas as providências e despesas decorrentes dessas medidas correrão por conta exclusiva da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município de Lagoa Formosa/MG.



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

4.11. Em caso de pane, avaria mecânica ou qualquer outro defeito que impossibilite a continuidade do transporte, a contratada deverá providenciar imediatamente a substituição do veículo ou a remoção da carga para outro veículo em condições adequadas, assegurando que não haja interrupção na prestação dos serviços. Todas as despesas decorrentes dessas providências correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para o Município de Lagoa Formosa/MG.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

5.1 Recebimento do Objeto

5.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato ao final de cada Ordem de Serviço, mediante recebimento do Ticket de pesagem contendo o peso líquido do lixo destinado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e comprovação dos quilômetros efetivamente rodados, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a apresentação da documentação de medição pela contratada.

5.1.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.1.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.4 Os serviços serão recebidos definitivamente pelo fiscal do contrato no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade da execução, da quantidade de quilômetros efetivamente rodados e do atendimento às especificações técnicas estabelecidas, mediante atesto formal, consubstanciado em termo ou registro próprio no processo administrativo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

5.2. Liquidação

5.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

5.3. Prazo de pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.3.2. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

5.4. Forma de pagamento

5.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. A fiscalização da presente contratação será exercida por um representante da administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração:

- **Representantes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:**
Fabiana Ferreira Coelho – Engenheira Agrônoma.

6.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

6.3. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

se fossem praticados pelo Contratante.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de transporte rodoviário de resíduos sólidos urbanos já compactados, até o local de destinação ambientalmente licenciado e indicado pelo Município de Lagoa Formosa/MG, mediante fornecimento exclusivo de veículos e motoristas, ficando a coleta e triagem sob responsabilidade da Administração Municipal.

7.2. Para a contratação em tela, foram analisadas contratações semelhantes em municípios com características populacionais e territoriais semelhantes, consultas a empresas locais e regionais que prestam tais serviços e análise de contratações anteriores disponíveis em portais da transparência e sistemas oficiais, com o objetivo de identificar metodologias e soluções que melhor atendam às necessidades da Administração.

7.3. A partir da análise de contratações similares realizadas pela Administração Pública, verificou-se como mais vantajosa a terceirização de empresas especializadas para a prestação dos serviços necessários, em razão da economicidade, da flexibilidade operacional e da inexistência de frota própria suficiente para atendimento da demanda.

7.4. Diante dessa temática, a solução a ser adotada neste Órgão é aderente às encontradas, qual seja, contratação por procedimento de chamamento público para credenciamento.

7.5. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

7.6. Esse procedimento auxiliar é adotado quando se constata, na fase de planejamento da contratação, que a abordagem mais vantajosa para a Administração consiste em permitir que uma gama de fornecedores se qualifique para fornecer os serviços desejados, em virtude da inviabilidade ou ineficácia de selecionar um único fornecedor por meio de disputa, de modo a atender adequadamente ao interesse público.

7.7. Nesse sentido, deve cada órgão regulamentar a utilização do credenciamento, sendo claro que sua utilização ocorrerá:

“Sempre que a solução da necessidade pública demande a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados; Nos casos de seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do serviço está a cargo do beneficiário da prestação, cabendo ao Poder Público apenas credenciar os interessados que atendam aos requisitos previamente fixados; e, por fim, nos casos de contratação de serviços negociados em mercados fluidos, nos quais a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação, sendo mais vantajoso credenciar previamente os interessados.”

7.8. Tal fato, especificamente, justifica a deflagração do presente processo de credenciamento, onde se convoca todos os interessados que cumpram os requisitos impostos em Edital para servirem à Administração Municipal no âmbito de sua profissão.

7.9. Isto porque não existe no quadro desta Administração frota própria ou servidores com atribuições compatíveis com as pretendidas neste procedimento administrativo, tampouco os equipamentos necessários para prestação de tais serviços.



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

7.10. Ressalta-se, ainda, que através do credenciamento, a Administração pode convocar aqueles que preencherem os requisitos para contratação, conforme as necessidades a serem atendidas.

7.11. Convém ressaltar que a Administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada pelos Órgãos de Controle, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos federais, a fim de obter contratações mais seguras e eficientes para cada caso concreto.

7.12. Assim, optou-se pela realização de credenciamento, procedimento que possibilita à Administração Pública contratar múltiplos prestadores de forma não excludente, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando maior flexibilidade, economicidade, celeridade e atendimento contínuo às demandas emergenciais e rotineiras de transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos.

7.13. A adoção do credenciamento permite, ainda, valorizar as empresas locais e otimizar os recursos públicos, visto que o Município pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados, mediante demanda e comprovação, sem vínculo contratual exclusivo com apenas um fornecedor.

7.14. As empresas poderão se credenciar ao fornecimento de serviços, conforme condições de habilitação do edital, sendo registrada em lista de credenciados, por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente respeitada, oferecendo os serviços nos valores definidos neste Termo de Referência.

7.15. A ordem cronológica seguirá a ordem de inscrição das empresas no credenciamento.

7.16. As ordens de serviços devem ser emitidas e autorizadas pela secretaria responsável, respeitando o rodízio de credenciados.

7.17. O rodízio deve respeitar a ordem de credenciamento, passando as ordens de serviço, solicitadas e emitidas sempre para a primeira empresa habilitada e credenciada;

7.18. Caso a empresa devidamente credenciada e contratada, por qualquer razão, não aceitar a solicitação de serviços, deve a Secretaria Demandante, por responsável designado, anotar a ocorrência no controle de rodízio.

7.19. Havendo 03 (três) negativas de atendimento a solicitação de serviços pela empresa credenciada a Secretaria Demandante, deve apresentar relatório, solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação a empresa para apresentação de contraditório e ampla defesa.

7.20. Quando não realizado o serviço pela empresa, por sua vez, inscrita no rodízio, a Secretaria com a unidade/secretaria solicitante, deverá solicitar a próxima empresa credenciada, conforme ordem cronológica, a elaboração da solicitação de serviços de manutenção e assim sucessivamente.

7.21. Poderão se credenciar quaisquer empresas habilitadas para a prestação de serviços, conforme edital, ficando o credenciamento aberto para novas habilitações pelo período de 12 (doze) meses.

7.22. As empresas credenciadas que prestarem o serviço não poderá terceirizar os serviços.

8. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Da habilitação jurídica

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social e/ou alterações em vigor**, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido

8.2. Da habilitação e/ou qualificação técnica



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

- a) **Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:
- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
 - Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
 - Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
 - Data de emissão;
 - Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.3. **Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de Inscrição no **CNPJ**.
- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
 - **A empresa contratada deverá possuir CNAE compatível com a atividade de transporte rodoviário de cargas, devidamente registrado em seu CNPJ.**
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**.
- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- g) Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

8.4 **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

- a) Declaração Conjunta;
- b) Solicitação de Credenciamento;

8.5 **DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA AO VEÍCULO**

- a) Comprovante de propriedade ou posse dos equipamentos em nome da empresa ou dos membros do Contrato Social (CRLV, Contrato de locação, comodato ou equivalente);
- b) Comprovante de regularidade dos veículos automotores – CRLV vigente (licenciamento);
- c) Certificado de cronotacógrafo válido.



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e funcionais, visando à adequação dos produtos às suas respectivas necessidades, segurança dos usuários e conformidade com a legislação vigente:

9.1. Requisitos técnicos, legais e funcionais

A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá observar os seguintes requisitos, visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança dos usuários e a conformidade com a legislação vigente:

9.1.1. Capacidade Técnica

- Disponibilidade comprovada de **cavalo mecânico bi-caçamba ou rodo caçamba com capacidade mínima de 45m³ a caçamba**;
- Documentação atualizada de licenciamento, vistoria e seguro dos veículos;
- O veículo deverá possuir sistema de contenção de resíduos para evitar qualquer tipo de vazamento ou contaminação no trajeto, bem como dispositivos de segurança conforme exigido pela legislação de trânsito;

9.1.2. Condições Operacionais

- Inclusão no contrato de todos os custos: combustível, manutenção preventiva e corretiva, motorista, seguro e encargos trabalhistas.
- Garantia de motorista habilitado (categoria E).
- Disponibilidade para realizar em média 11 viagens mensais, totalizando aproximadamente 4.290 km.
- Atendimento às normas ambientais e sanitárias vigentes, com destinação em aterro licenciado.

9.1.3 Critérios Contratuais

- Penalidades por descumprimento de cronograma ou falhas na prestação do serviço.
- Exigência de comprovação periódica da regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

9.1.4 Controle e Fiscalização

- Designação de servidor municipal responsável pelo acompanhamento da execução.
- Relatórios mensais de quilometragem rodada e viagens realizadas.
- Registro documental da destinação final dos resíduos, garantindo rastreabilidade.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 541.750,00 (quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

- **Ficha 988, Fonte 500, CO 0000 - Recursos Próprios.**

Lagoa Formosa, 26 de fevereiro de 2026.

Fabiana Ferreira Coelho
Engenheira Agrônoma

Jhone Moreira de Sousa
Secretário de Meio Ambiente e Dev. Econômico